

O Castelo de Pombal: da ruína à salvaguarda da sua memória

Nelson Cordeiro Pedrosa*

O castelo de Pombal, cuja história se encontra intrinsecamente ligada à formação do nosso território nacional e origem de Pombal, insere-se num conjunto de praças militares (Montemor, Soure, Penela, Germanelo, Miranda do Corvo e Arouce) destinadas a constituírem a cintura defensiva do Mondego, com a finalidade de vigiar e defender os acessos à cidade de Coimbra que, após a sua conquista definitiva, pelo exército de Fernando Magno, rei de Leão, em 1064, acabaria por determinar no vale do Mondego a linha de fronteira e a partir de onde se estendeu a Reconquista cristã. A transferência da sede da corte para Coimbra por D. Afonso Henriques, em 1131, impulsionou a fundação de várias fortalezas não só para protecção da bacia do Mondego e da nova capital, como para assegurar e consolidar a permanência dos territórios recém-conquistados. Era agora a altura de procurar a estabilização e o reforço da posição cristã. Saliente-se que o perigo nesta região era constante, sobretudo enquanto Leiria estivesse sob domínio muçulmano, tal como é referido nas Crónicas de Santa Cruz: – «*O castello de leyrea era dos sarraziis, e corriam a terra ataa coimbra. E faziam muyto mal aos christaaos em soyre e em pombal*» (PMH, 1856: 24). Neste campo, a Ordem do Templo, poderosa aliada da coroa nas acções de defesa e povoamento do território, assume um papel preponderante de esforço na luta armada contra os infiéis, recebendo em troca das suas acções inúmeras terras e castelos em pontos estratégicos. Há mesmo referência ao trabalho dos Templários para arrotear os matagais das terras que lhes doou D. Teresa e que depois foram confirmados por D. Afonso Henriques (EUSÉBIO, 2007: 43).

O castelo de Pombal, constituía o posto mais avançado da linha defensiva do Mondego, assumindo um papel de fulcral importância na consolidação

*Técnico Superior de História da Arte no Município de Pombal. Licenciado em História, variante História da Arte pela Universidade de Coimbra. Pós-graduado em Gestão Pública da Cultura e Património pelo ISLA-Leiria. Pós-graduado em Gestão de Centros Históricos pela URBE. Mestre em Ciências da Documentação e Informação, ramo Arquivo pela Universidade de Lisboa
Deliberadamente, o texto foi redigido à revelia do novo acordo ortográfico.

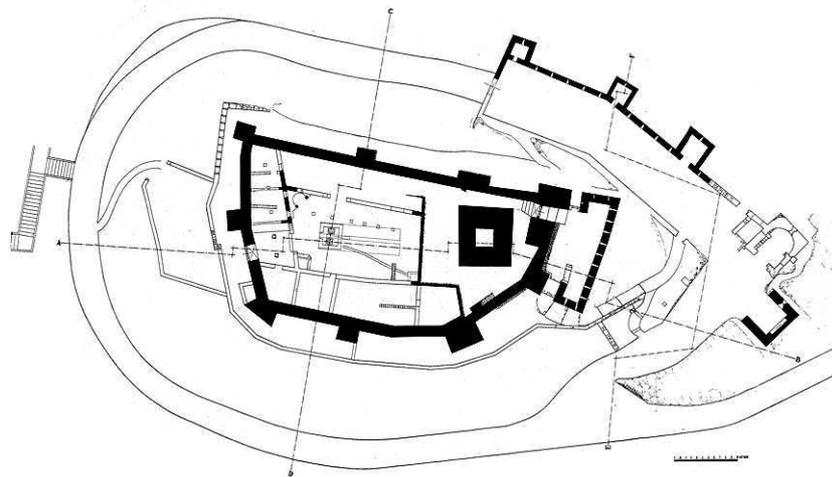
das posições alcançadas. Este castelo articulava-se não só com a rede de fortalezas da bacia do Mondego como também com outros territórios e castelos mais a sul, igualmente sob o domínio da Ordem do Templo, de que são exemplos Ceras, Tomar e Almourol, erguendo-se como uma atenta atalaia sobre as principais vias de circulação do reino.

Como se referiu, Pombal nasceu com a construção do seu castelo, mandado erigir, entre 1156 e 1171, por Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo. O baluarte (dos primeiros do Reino) terá sido levantado entre as duas datas, apontando-se 1156 como o ano em que as suas obras se terão iniciado. De facto, estabelecer rigorosamente a data em que Gualdim Pais fez erguer o castelo, no alto do outeiro que domina a hoje notável cidade de Pombal, permanece envolto em alguma polémica, porque, segundo fontes bibliográficas, apenas se sabe que em 1171 já existia; e isto porque uma lápide enaltecadora dos méritos do dito Mestre, datada daquele ano (era 1209) e que se encontra no castelo de Almourol, refere Gualdim Pais como construtor do castelo de Pombal – «hoc construxit Castrum Palumbar» (BARROCA, 2000: 348-361).

Contudo, saliente-se que quando em 1174 D. Gualdim Pais outorgou o primeiro foral de Pombal, a data expressa foi apresentada na seguinte forma: «...Facta firmamenti karta a constructioni opidi Anno Decimo Octavo Mense Iunio Era Millesima Ducentesima XIIª» (PMH, Leges, p. 399). Assim, podemos consentir que o castelo de Pombal teria sido fundado dezoito anos antes da atribuição do foral, ou seja em 1156. Por sua vez, esta referência encontra confirmação indirecta em outras duas fontes documentais dessa centúria. A primeira referência – que é também a menos explícita – remonta a 1159, quando no foral de Redinha se estipula que os foros devem ser pagos segundo o foro de Pombal («...per forum terrae Palumbarii...») (PMH, Leges, p. 386). Esta passagem parece revelar que Pombal já existiria nesse ano, porém não há uma clara referência à existência da fortificação. Mas a segunda fonte documental ajuda a dissipar as dúvidas. Numa Inquirição realizada em 1184-85 na cidade de Coimbra, em que o Presbítero Cipriano declarava lembrar-se de assistir ao povoamento de Ega, Redinha e Pombal uns oito anos depois da reconquista de Lisboa (Outubro de 1147), ou seja, cerca de 1155 (BARROCA, 1997: 176-177). cremos que o cruzamento destas três referências documentais parece ser suficiente para se atestar com segurança que a construção do castelo de Pombal, tenha sido efectivamente iniciada no ano de 1156.

Não podendo o castelo de Pombal considerar-se um exemplar precioso da arquitectura militar portuguesa da Idade Média, pelas deformações sofridas ao longo dos séculos, quer pelas suas deficiências de traça e estrutura, conserva contudo um aspecto digno das suas tradições. De facto, a Ordem do Templo, em grande parte por influências trazidas por D. Gualdim Pais da Terra Santa, onde esteve como cruzado, foi responsável pela introdução de soluções verdadeiramente inovadoras na arquitectura militar portuguesa na 2.ª metade do séc. XII. É disso exemplo a introdução da torre de menagem e do alambor, solução aplicada no castelo de Pombal. Erguido num local elevado, garantia um domínio visual sobre todo o território envolvente, em que as suas extensas muralhas, os seus cubelos quadrangulares, conjugados com a sua alterosa torre de menagem e ainda, secundariamente, com o que resta das fortes barbacãs que o circulavam, nos dão ainda hoje, sem dúvida, um eloquente testemunho do seu valor defensivo.

De planta poligonal irregular, com uma configuração escudiforme, apresenta um perfil arquitectónico vincadamente ritmado pela presença de torres. Com efeito, apresenta um pano de muralhas em que em todas as suas inflexões e nos paramentos mais longos é interrompido pela presença de torreões, num total de nove com planta quadrangular, e sempre de altura superior à muralha à qual se encontram adossados, evitando ângulos mortos, oferecendo uma melhor visibilidade sobre o território e multiplicando os ângulos de tiro, sobretudo o tiro flanqueado, paralelo aos muros. A porta de



1 – Planta do castelo de Pombal (DGEMN)

entrada, também enquadrada por dois torreões, beneficia igualmente de condições de defesa assinaláveis. Estas torres desempenham também uma função secundária de contraforte, reforçando os panos de muralha, em geral, muito extensos.

Sobre o seu interior, sabemos que continha diversas construções destinadas aos freires-cavaleiros, as quais comportavam um pequeno templo – a igreja de S. Miguel e uns paços destinados ao Mestre da Ordem, de que ainda se encontram ecos na Carta de Procução do Concelho de Pombal às Cortes de 1383, que foi passada «... *dentro do Castelo da dicta vila [de Pombal] nos Paaços umde pousa o Meestre de Christos...*» (BARROCA, 1997:189).

Nesta primeira fase, é crível que o castelo ainda fosse desprovido de torre de menagem que somente viria a ser edificada no início dos anos 70 do séc. XII, ainda no mestrado de D. Gualdim Pais, numa campanha de obras que teve como objectivo principal reforçar o sistema defensivo da estrutura castelar e cuja construção foi comemorada por uma inscrição datada de 1171 (BARROCA, 1994: 121). Será neste contexto que se ergueu a sua torre de menagem, um dos mais antigos exemplos que sobreviveu até nós, localizada junto daquela que era então a única porta do castelo. De planta quadrangular e entrada rasgada ao nível do primeiro andar, encontra-se isolada no pátio e independente de qualquer outro elemento, apresentando a sua porta de acesso voltada para o pátio e não para a entrada do castelo, o que daria mais tempo aos soldados para organizarem a defesa.

Trata-se de uma construção larga e não muito alta, evidenciando ter-se deparado com alguns problemas construtivos que terão comprometido a estabilidade da estrutura e se encontram assinalados por dois particularismos no desenho da própria torre, conferindo-lhe uma silhueta aparentemente peculiar. Por um lado, a necessidade de recurso aos dois contrafortes que cintam a fachada principal – aquela onde se localiza o acesso à torre – e por outro lado, o facto do andar térreo apresentar muros significativamente mais espessos que os restantes andares, procurando alcançar maior estabilidade e resistência construtiva, denunciando nas faces exteriores um perfil oblíquo, em rampa, simulando uma sapata. O piso térreo da torre de menagem, ao qual se tinha acesso apenas pelo interior, utilizado inicialmente como depósito e armazém foi posteriormente aproveitado como cárcere e masmorra, informação que nos é dada através de um documento do século XVII que se refere à torre de menagem como residência do alcaide e casa da cadeia (EUSÉBIO, 2007:71-73).

Outra inovação sentida nesta campanha de obras prende-se com a inclusão de alambor, uma outra solução tipicamente utilizada pela Ordem do Templo nas suas fortalezas, de que são exemplos os castelos de Soure ou sobretudo Tomar, ou seja, uma base inclinada que, para além de reforçar a torre de menagem, dificultava a aproximação de torres de assalto e o encosto de escadas à muralha, proporcionando também o ricochete de projecteis lançados a partir do caminho de ronda e delegando à torre de menagem, assumidamente, a função de último reduto defensivo.

Ainda que as vicissitudes da História não tenham interferido fortemente com a solidez das suas muralhas, o castelo de Pombal, ao longo de vários séculos, desempenhou um papel defensivo da cidade e região, símbolo e baluarte da consolidação do Condado e, ao mesmo tempo, palco de acontecimentos históricos da vida nacional e local. É bem de crer que a guarnição do castelo de Pombal estivesse em alerta ante o repetido anúncio da viziñhança de hostes muçulmanas, que no decurso do século XII talaram por vezes, em contra-ofensiva e momentânea reconquista, territórios já portugueses: como a de 1171, que, prolongada até Santarém, se extinguiu no demorado cerco desta cidade; a de 1179, que, atravessado o Alto Alentejo, veio assolar as regiões de Coruche e Abrantes; a de 1184, que de novo tomou por objectivo Santarém; e ainda, sobretudo, a de 1190, que se lhe avizinhou bem mais, tendo atacado Tomar e arrasado Leiria. Nestas persistentes incursões mouras na tentativa de conquistar o território português, o castelo de Pombal foi atacado, tendo ficado parcialmente destruído (GOMES, 1995: 29).

Dois séculos depois, por ocasião da crise dinástica suscitada pela morte de D. Fernando, o castelo de Pombal apoiou o patriótico movimento do Mestre de Avis, D. João, embora não tenha sido combatido pelas hostes castelhanas invasoras, esteve evidentemente em armas, tanto na invasão de 1381, que passou não longe, pela estrada de Coimbra - Santarém, como na de 1385, que veio a desfazer-se nos campos de Aljubarrota. Sendo que nesta última, o monumento viria mesmo a ser, uma vez mais, atacado e pilhado, pelos castelhanos, que ali fizeram a paragem antes de seguirem para a derrota da Batalha de Aljubarrota (GIL, 2002: 123).

Porém a progressiva perda de importância estratégico-militar a que a alcáçova de Pombal ficaria votada, resultou a que no final da Idade Média fosse uma estrutura que começava a trilhar o caminho da ruína e a testemunhar o seu próprio abandono, talvez também precipitado pela extinção da

Ordem do Templo em 1311, de que a Ordem de Cristo viria a herdar todas as suas possessões, onde se incluiu o castelo de Pombal.

Será durante o século XV, numa época em que a guerra se havia transformado completamente e em que outros desafios agora se colocavam, que as arquitecturas militares medievais portuguesas começam progressivamente a adaptar a sua fisionomia a estes novos pressupostos. Contudo, será efectivamente com o rei D. Manuel I - recorde-se que também era o administrador da Ordem de Cristo – que numa passagem pela povoação em 1506, manda realizar obras no castelo, fazendo com que este perca a sua importância enquanto estrutura militar, mas assumindo funções de residência oficial dos alcaides-mores.

É nesta época que se abre a segunda porta da fortaleza, em local onde presumivelmente se situara a primitiva porta da traição (OLIVEIRA, 2010: 307), voltada para a vila, sobre a qual se podem ver as armas da monarquia: o escudo régio, a esfera armilar e a Cruz de Cristo. A adaptação do castelo a residência dos alcaides-mores traduziu-se na abertura de janelas nobres no nível superior da muralha onde se encostava parte do paço e na introdução de uma estrutura abobadada, cujas ruínas ainda hoje são possíveis de observar. A janela bífora de mainel central é encimada pelo brasão dos Sousa Ribeiros, família detentora da alcaidaria do castelo de Pombal desde o reinado de D. João II até 1834.

Esta transformação ficou registada num *Tombo dos bens e direitos que a Ordem de Cristo tinha em Pombal*, do ano de 1508 e que nos legou uma detalhada descrição desses aposentos (GOMES, 2010: 181-183):

[...] «*açima da dita villa em huum cabeça, tem a Hordem huum castello fermoso e forte, cuja entrada he por huum baluarte que estaa junto da porta principal da igreja de Santa Maria. O qual castello he bem cercado de boom muro ameado e baluartes a logares asi aa entrada principal como aa entrada da porta nova e tem outro baluarte através da porta da treijom e chama se o baluarte da Redinha.*

dentro na cerca e muro do dito castello tem huuã torre de menagem forte e de bõoa altura de três sobrados e huum terreiro lageado. E no meyo huuã grande cisterna com seu bocal de canto lavrado.

Aa mão seestra da entrada do dito terreiro estaa huum apousentamento a que sobrem per huuã escaada de pedra com seu mainel bem obrada. E logo huuã salla de bõoa grandura olivellada de pinho em tres painees. E nella tres janellas, huuã no muro ferrada e junto della huuã chaminee de pedraria.

E as outras duas janellas sobre o terreiro outrosi ferradas. E junto da dita chaminee huuã casa d'aboveda ladrilhada. // [Fl. 33v]

Aa mão seestra da entrada da dita salla tem huuã camera olivellada de pinho sobre as asnas com huuã janella ferrada e junto della huuã chaminee de pedraria e outra casa d'aboveda.

Aa mão direita da dita salla tem outra camera grande olivellada, com sua janella e chaminee. E aalem desta tem outra camera asi olivellada sobre as asnas e outra casa d'aboveda e outra janella ferrada contra a villa da parte do norte.

Aa mão direita da ditta camera estaa huuã grande casa bem madeirada e tem muitos repartimentos, telhada de telha vãa e no cabo della huuã chaminee,

Todas estas casas levam suas logeas per baixo.

Ao pee da dita torre da menagem tem huuã grande estrebaria com suas manjadoiras e junto com ella huuã casa armada sobre esteos e arcos que serve de palheiro.

Aa mão seestra da entrada da torre da menagem estaa huuã capella da invocação de Sam Miguel olivellada e ladrilhada e bem guarnecida. E nella huuã bõoa imagem de pedra bem pintada.

E sobre a porta principal huuã casa de vemguarda e outra sobre a dita capeella ladrilhada.

Aalem da dita capeella outra casa argamassada com sua chaminee e huuã janella pequena ao ponente e debaixo della huuã logea.

Ao pee da dita torre outra casa ladrilhada e mal // [Fl. 34] madeirada, com quatro janellas pequenas e huuã chaminé de barro velha.

Dentro na dita cerca honde se chama a Adega do Meestre estaa hum pomar em que estam figueiras, macieiras, pereiras, pereiros e outras arvores de fruto. E antre este pomar e a servintia do castello estaa hum baluarte pequeno em que estam dous aciprestes e huuã palmeira e cidreiras e limoeiros e alegretes.

As sobreditas cameras e casas som ora de nouo feitas e repairadas aa custa del Rey nosso senhor» [...].

A ocupação do castelo enquanto paço oficial dos alcaides-mores de Pombal terá perdurado até meados do século XVII, conforme se pode constatar através do *Tombo da Igreja de São Martinho*, de 1663, que descreve com grande minúcia o interior do castelo, contudo sem deixar de antever o futuro que o esperava: «*neste tempo mal reparado e sem artelharía*» (EUSÉBIO, 2007: 73).



2 – O castelo de Pombal em finais do século XVIII (BNL)

Com efeito, a evolução do burgo no sentido da zona ribeirinha, centrando a sua actividade económica, administrativa e social, na zona que hoje é a Praça Marquês de Pombal, fez com que, pouco a pouco, o velho castelo trilha-se, como tantos outros, o caminho da destruição. E passado pouco mais de meio século, numa descrição existente no *Tombo da Commenda de São Martinho da Villa de Pombal*, de 1733, após o traslado do conteúdo do Tombo de 1663, pode ler-se o seguinte: «*e no tempo prezente se acha o ditto castello ainda com mayores ruínas que nelle vão continuando por estar de todo desamparado sem habitação nem reparo algum, e ainda se conservão as armas de que acima se fez menção sobre a porta que cae para a parte desta villa*» (A.N.T.T., *Mesa da Consciência e Ordens, Tombo das Comendas*, n.º 409, fls. 24v-26v).

Efectivamente este estado de ruína a que o castelo de Pombal ficou relegado durante o século XVIII, ficaria igualmente narrado por muitos viajantes estrangeiros que pela vila de Pombal passaram, com destaque para o arquitecto irlandês James Murphy que, chegado a Pombal a 28 de Janeiro de 1789, refere: «*pouca coisa ha que possa chamar a atenção do viajante, além de um castelo situado, como de costume, num alto e cujas ruínas não são suficientes a habilitar qualquer artista a fazer ideia do que foi esse castelo*» (GOMES/OLIVEIRA, 2012: 87).

Um secular abandono deixa o castelo de Pombal entregue às forças depredadoras do tempo e à desagregadora acção humana, entrando num processo de ruína acelerado com as Invasões Francesas, cuja acção foi igualmente gravosa para a vila, saqueada e incendiada.

Embora condenado ao isolamento e transformado em ruína, com o início do século XX viria a ser classificado como Monumento Nacional, por Decreto publicado em 23 de Junho de 1910. Mas se o país descurou o castelo de Pombal, localmente várias foram as intenções e movimentações de voltar a restituir vida ao velho baluarte. Nos primórdios do séc. XX, ainda sob as influências do Portugal romântico de oitocentos, ao gosto poético da ruína, começa a opor-se uma vontade de ressurreição dos destroços da antiga alcáçova, e em Pombal surge uma Associação dos Amigos do Castelo, porém, uma instituição puramente teórica, a que as autoridades do tempo nenhuma importância concederam, mas que conseguiu salvaguardar algumas pedras e pelo menos alertar, os mais velhos e novos, para a necessidade de cuidar do legado que faz parte da nossa identidade e história nacional.

Assim, a vontade de recuperação do baluarte medieval ia ganhando força no seio da comunidade local, cada vez mais ciente dessa necessidade, e de tal modo que vão surgindo associações ou comissões com o intuito de lutar próximo dos órgãos centrais para a valorização do castelo e sua zona envolvente, insistindo na arborização da sua encosta. Nos primeiros anos, enquanto não havia uma intenção concreta sobre o que fazer com o castelo, voltavam-se as atenções para a sua encosta, com o intuito de aí se proceder



3 – Castelo de Pombal antes da intervenção da DGEMN (DGEMN)

à plantação de oliveiras e rentabilizar o seu produto com a venda do seu azeite, porém a ideia acabaria por não ser do agrado de todos e recorre-se à venda em praça pública das pastagens do castelo da vila, com base de licitação em 300\$00 (AMP, UAMOC, Correspondência).

Porém, a inércia do poder central em relação ao velho e abandonado castelo incita a Câmara Municipal de Pombal, em 1923, a solicitar oficialmente ao Ministério da Guerra sua entrega. O que veio a suceder a 7 de Dezembro de 1924, com a cedência, por parte do Ministério da Guerra, do castelo e terrenos anexos, que constituíam o prédio militar n.º 1, ao Núcleo da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo em Pombal – “nos Paços do Concelho foram entregues as ruínas do Castelo ao Núcleo dos Amigos, demarcadas com 32 marcos de cantaria devidamente numerados seguidamente a partir de norte para sul, seguido por nascente, e tendo por cima de cada número as siglas M.G.–. (...) Ao Núcleo fica competindo a conservação e a guarda do prédio, podendo o Ministério de Guerra auxiliar, quando o entender; A concessão é a título gratuito e tempo indefinido, conservando o Ministério de Guerra a Propriedade; o Núcleo não poderá realizar quaisquer obras no prédio, mesmo de conservação, que importem demolições ou novas construções de alvenaria, ou ainda movimentos de terra nas *esplanadas*, sem licença prévia e escrita do Ministério de Guerra”¹.

Com a dissolução do Núcleo da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, no ano de 1931, caducou a concessão feita pelo Ministério da Guerra. Contudo, é realizado, nas mesmas condições, um auto de cedência de usufruto do prédio militar n.º 1, constituído pelo castelo e esplanada de acesso, à Comissão de Iniciativa e Turismo de Pombal.

Será sob a égide da Comissão de Iniciativa de Turismo de Pombal que o castelo começa a sofrer as primeiras grandes obras de recuperação, com destaque para a construção da estrada que irá ligar a vila ao castelo, autorizada no ano de 1933 pelo Ministério da Guerra, num projecto do *engenheiro de Coimbra, sr. Augusto Duarte Ralha*, medindo 1043 metros, com uma largura invariável de 6,80 metros e a construção de um muro de suporte num valor de 24.785\$00 (*O Imparcial*, 28/05/1932). Num espírito de abnegada missão, esta Comissão de verdadeiros pombalenses começa a levar a efeito um conjunto de trabalhos para devolver o castelo à vila e aos seus pomba-

¹ IHRU, SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. O Castelo de Pombal [em linha]. [Consult. 25 Maio 2014] Disponível em http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3279



4 – Arborização da encosta do castelo

lenses. Num ambicioso projecto no valor de 210.535\$00, planeia-se, para além dos arruamentos, levar a efeito a arborização da encosta do castelo e reconstruir os velhos muros do castelo. Iniciada a construção da estrada, um ano depois, em 1934, concretiza-se esse sonho antigo de dar início aos trabalhos de arborização da encosta do castelo, composta por um total de 822 árvores: 170 árvores do género Pinus, 165 acácias diferentes de folha permanente, 211 Cedrus do Bussaco e 276 árvores de folha caduca. A totalidade destas árvores compreendia um valor total de 2.742\$00, contudo a Comissão de Iniciativa conseguiu obter muitas árvores a título gracioso, devido aos maiores louvores de um grande e velho amigo de Pombal, o Dr. Mário de Aguiar. Para gáudio dos pombalenses, a encosta do velho castelo começava a vestir-se de encantadoras fiadas de árvores multicolores, enquanto que as suas estradas de acesso cresciam bordadas de floridos arbustos.

Apesar destas beneficiações pontuais, será somente nos finais da década de 30 do século XX que, à luz do panorama ideológico do regime em vigor – Estado Novo –, se acentua a valorização do significado histórico de alguns edifícios e se manifesta a vontade de lhes recuperar a condição de monumentalidade. Os castelos – símbolos da fundação da nossa nacionalidade – começaram a ser (re)inventados e reconstruídos pela DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, exaltando o ideário de uma

“Restauração Nacional” e correspondendo com a resolução de encetar as *Comemorações Centenárias – (VIII Centenário do Nascimento de Portugal e III Centenário da Restauração da Independência Nacional)*. Criada em 1929 no quadro das apostas culturais e ideológicas do Estado Novo, cuja missão era preservar e proteger o património da nação, a DGEMN transforma-se num dos estandartes do regime, na medida em que é através deste organismo que se procuram exaltar os momentos de triunfo da Nação, fundamental para o estabelecimento da identidade pátria pretendida. No seio deste ambiente saudosista, compilou-se um programa único de intervenção que imperava sobre o culto das ruínas. Esta imposição deveria, em termos formais, devolver os imóveis ao estado julgado original, eliminando, portanto, todos os elementos que não se considerassem legítimos à prévia definição da natureza ideológica da intervenção. A partir de 1936, sob a sua tutela, o castelo de Pombal é submetido a aturadas intervenções de reedificação, logrando restituir a vida de outrora, reerguendo e reinventando os seus esbeltos panos de muralhas e ameias do vetusto castelo. Infelizmente, esta intervenção, assente em critérios próprios da época e muito dissonantes dos que hoje vigoram, demonstraram uma ausência de critério científico, procedendo-se a um desmesurado trabalho de remoção de terras, demolição de antigas estruturas, muros e paredes de alvenaria, adulterando em virtude do ideário vigente todas as transformações anteriores, sobretudo as operadas após a adaptação a paço do Mestre da Ordem de Cristo e as do início do século XVI, por D. Manuel. Desta intervenção resultou o surgimento de fragmentos de loiça, ferragens, utensílios, tijolos, alfinetes e até «*uma apreciável quantidade de mo-*



5 – Interior do castelo antes da intervenção da DGEMN (DGEMN)

O Castelo de Pombal: da ruína à salvaguarda da sua memória

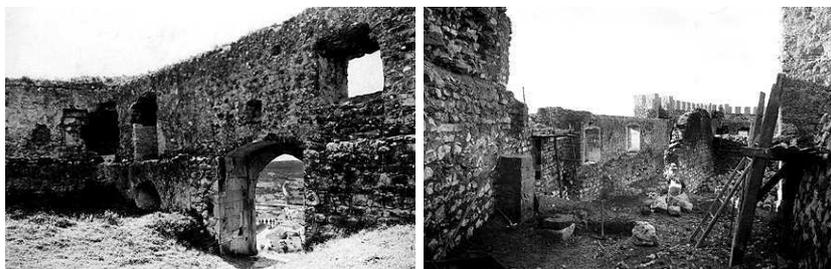


6 – Fachada do castelo antes da intervenção da DGEMN (DGEMN)

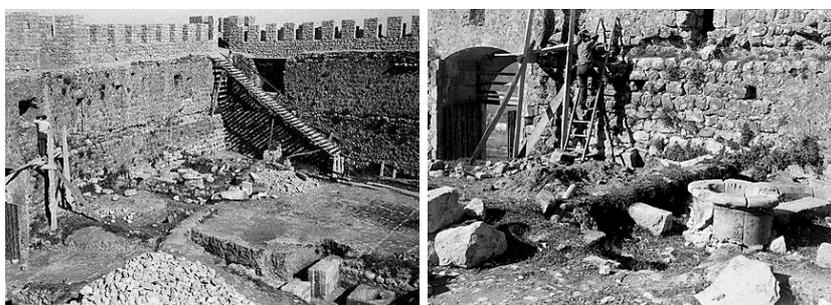
edas antigas. Destas, o maior número pertencia ao reinado de D. Manuel. Das moedas relativas aos quatro anteriores reinados da dinastia de Aviz, também a colheita foi abundante; mas das que mandaram cunhar os reis do primeiro período, desde D. Afonso Henriques a D. Fernando, raros achados compensaram o trabalho das buscas. Também apareceram, por fim, alguns exemplares numismais do tempo da ocupação romana» (DGEMN, 1940: 25-26).



7 – Actual fachada posterior do castelo antes das intervenções (DGEMN)



8 e 9 – Pormenores do interior do castelo



10 e 11 – Obras de recuperação do castelo (DGEMN)

Com efeito, o actual perfil do castelo resulta em grande parte dos restauros do século XX, em que se destacam as seguintes obras: o circuito de muralhas existente foi praticamente todo levantado incluindo adarves, parapeitos e ameias. Esse remate é ainda hoje visualmente perceptível em grande parte da muralha por uma cicatriz que marca horizontalmente o que existia do que então foi construído. Da mesma forma, a barbacã localizada a sul foi reerguida com reconstrução integral das seteiras. Entre outros arranjos menores, resulta que o castelo de Pombal, sobretudo ao nível do coroamento, é uma reposição do século XX, com base no que estava em ruína e no que se julgava comum aos castelos medievais. Após as grande obras culminadas em 1940, a acção da DGEMN prolongou-se até meados da década de 70, com um ou outro cuidado esporádico e isolado, procurando talvez obstar a que acabasse por se perder aquilo que, afinal, ainda era um pouco mais do que um remanescente de muralhas.

Novas campanhas de intervenção tiveram lugar em 1975 e entre 2000 e 2001, voltadas para a recuperação e valorização da torre de menagem, tornando possível o acesso ao seu interior e contemplar o castelo e a sua paisagem circundante.

O Castelo de Pombal: da ruína à salvaguarda da sua memória



12 – Interior do castelo após intervenção (DGEMN)

Ciente da necessidade de devolver o castelo à cidade, a Câmara Municipal de Pombal, em 2004, apresenta um projecto de requalificação e valorização do castelo e encosta envolvente, promovendo a fruição do local, tanto pelos residentes, como pelos turistas. Com esta intervenção ganhou-se um espaço público qualificado, interligando o castelo e as áreas urbanas da zona baixa da cidade e constituindo-se novamente o castelo como um pólo de atractividade e com uma história para contar.



13 – Fachada posterior do castelo após intervenção (DGEMN)

Bibliografia

- ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte – *Portugal Património: guia–inventário. Vol. III: Aveiro, Coimbra, Leiria*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2007.
- BARROCA, Mário Jorge – *Arquitectura militar*, Nova História militar de Portugal, dir. por Manuel Themudo Barata e Nuno Severino Teixeira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- BARROCA, Mário Jorge – *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII, Portugal*, Nova série, vols. XVII – XVIII, Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Porto, 1997, pp.171-209.
- BARROCA, Mário Jorge – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico: Séc. IX a XIII*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422. Vol. II*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.
- CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- CORREIA, Luís Miguel – *Torre de Menagem, Castelo de Pombal: um olhar (in)discreto*. In *Monumentos*: Revista semestral de edifícios e monumentos. Lisboa: DGEMN, 2003.
- EUSÉBIO, Joaquim – *Pombal 8 Séculos de História*. 2ª Ed. rev. e aumentada. Pombal: Câmara Municipal, 2007.
- GIL, Júlio, CABRITA, Augusto – *Os mais belos castelos de Portugal*. 6ª edição. Lisboa: Verbo, 2002.
- GOMES, Saul António – *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995.
- GOMES, Saul António – *Pombal Medieval e Quinhentista: Documentos da sua História*. Batalha: CEPAE, 2010.
- GOMES, Saul António; OLIVEIRA, Ricardo Pessa – *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 11. Pombal*. Coimbra: Palimage, 2012.
- GONÇAVES, Iria (org.) – *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Vale do Mondego*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- LARCHER, Jorge – *Castelos de Portugal: Distrito de Leiria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.
- LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, vol. VII. Lisboa, 1876.
- LEITÃO, Ildelfonso Monteiro – *Coisas da Minha Terra*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1958.
- MACEDO, A. de; CARVALHO, H. de, *Pombal*, Coimbra, 1867.
- Ministério da Obras Públicas e Comunicações / Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: O Castelo de Pombal*, nº 21. Porto, Setembro de 1940.
- OLIVEIRA, Nuno Villamariz – *Castelos Templários em Portugal [1120-1314]*. Lisboa: Ésquilo, 2010.
- PEDROSA, Nelson Cordeiro – *O Tombo dos Bens do Concelho de Pombal: 1746: Transcrição, estudo codicológico e histórico*. [Trabalho policopiado] Lisboa: Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação – Arquivo, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.
- POMBO, Robalo – *O Concelho de Pombal* [Trabalho Policopiado]. [S.l.: s.n., s.d.]
- Portugaliae Monumenta Historica, *Scriptores*, vol. 1. Olisipone: Typos Academicis, 1856.
- RODRIGUES, Mário Rui Simões – *O Diário “perdido” da viagem de José Cornide por Espanha e Portugal em 1772: Descrição da passagem por Pombal, Leiria, Marinha Grande, Batalha, São Jorge, Alcobaca, Caldas da Rainha e Óbidos*. Batalha: CEPAE, 2010.